

COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O SENTIDO E O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO EM HANNAH ARENDT

JOSÉ JOÃO NEVES BARBOSA VICENTE *
EVELIN JULIANA DA SILVA **

RESUMO

O intuito desta pesquisa é analisar o sentido e o significado da revolução em Hannah Arendt, a partir da sua obra *Sobre a revolução* (2011). No decorrer dessa análise, este estudo busca fazer uma breve relação entre o pensamento de Hannah Arendt e a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque Holanda, no intuito de fazer uma aproximação entre os escritos da autora com a realidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução. Liberdade. Política. Ação. Pluralidade.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the sense and meaning of revolution in Hannah Arendt, based on her work *About Revolution* (2011). In the course of this analysis, this study seeks to make a brief connection between the thought of Hannah Arendt and the work *Raízes do Brasil* by Sérgio Buarque Holanda, in order to make an approximation between the author's writings and the Brazilian reality.

KEYWORDS

Revolution. Freedom. Policy. Action. Plurality.



Mesmo onde há uma visível perda de autoridade, as revoluções só podem surgir e vencer quando existe um número suficiente de homens preparados para essa derrocada e, ao mesmo tempo, dispostos a assumir o poder, a se organizar e agir juntos com vistas a uma finalidade comum. Não precisa ser um grande número; como disse Mirabeau, dez homens reunidos podem fazer tremer 100 mil que estão separados. (Arendt, 2011, p. 159).

O sentido e o significado da revolução em Hannah Arendt conduzem este trabalho de reflexão e análise. Através das indagações desta autora, percebe-se que o ato de fundação pode tratar-se do maior acontecimento em toda revolução, ou seja, o espírito da revolução pode carregar consigo o ato de fundar o novo corpo político, o novo modo de governo, em consonância com a percepção revigorante de que as pessoas são capazes de iniciar alguma coisa e proporcionar o nascimento de algo novo. As revoluções, quiçá, também trouxeram uma preocupação com a permanência, ou seja, construir uma instituição duradoura para a constituição das posições públicas na estrutura da república. Outrossim, cabe ressaltar que para compreender as revoluções na era moderna faz-se necessário analisar a convergência entre a concepção de liberdade e a experiência de um novo início. É possível que, segundo Arendt (2011), na raiz do enorme *páthos* das duas revoluções, americana e francesa, esteve presente uma experiência nova que evidenciava a capacidade do homem para a novidade. Em outras palavras, as revoluções modernas podem ter impulsionado a formação de um novo ambiente, com a presença da liberdade, diferenciando-se de todo o contexto histórico anterior.

* Orientador. Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

** Graduanda em Filosofia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bolsista PIBIC/FAPESEB.

Além disso, na apresentação da obra “Sobre a Revolução”, o autor Jonathan Schell supôs que o evento que levou Arendt a escrever essa obra foi a Revolução Húngara contra o domínio soviético em outubro de 1956. Ademais, cabe ressaltar que a relevância da Revolução Húngara no processo do pensamento da autora sugere uma nova periodização para a onda de revoluções democráticas da segunda metade do século XX. Segundo Schell (2011), a série surgiu no sul da Europa com o fim da junta militar grega em 1974, da autocracia de Portugal e a passagem da Espanha para a democracia em 1975. O percurso das revoluções posteriores engloba o movimento Solidariedade na Polônia (1980), o fim da junta militar argentina (1982), o fim da ditadura militar no Brasil (1985) entre outros movimentos e revoluções que mostravam uma quantidade perceptível de características arendtianas, ou seja, muitos tinham como objetivo principal a instauração de condições de liberdade. Portanto, para Arendt (2011), as revoluções ofereceram a abertura, especialmente, para a experiência de ser livre, uma experiência nova, não na história do Ocidente, sendo comum na Antiguidade grega e romana, mas sim relativo aos séculos que dividiram o fim do Império Romano e o nascimento da era moderna.

Para Sérgio Buarque de Holanda, no livro “Raízes do Brasil”, o momento da abolição marca no Brasil a finalização do predomínio agrário, sendo que a situação política inserida no ano seguinte pode corresponder a uma forma adequada para a nova composição social. Neste caso, ambos acontecimentos podem ser interligados com uma revolução lenta, porém segura, sendo a única que possivelmente se tem experimentado em toda a vida nacional. Segundo Holanda (1995), a grande Revolução Brasileira pode não ser marcada por um momento específico, isto é, trata-se de um longo processo e que pode advir de pelo menos três quartos de século. Os aspectos mais relevantes interligam-se assim como adversidades de um mesmo espaço, constatando-se a data de 1888 como um instante decisivo no desenvolvimento nacional do Brasil, visto que após esta data haviam paralisado alguns freios tradicionais opostos ao surgimento de um novo estado de coisas. Assim, o marco mais nítido entre duas épocas pode ser representado pela Abolição, que preparou o espaço para um novo sistema que se centraliza nos centros urbanos, não mais nos domínios rurais. Ademais, é possível que se continue testemunhando a repercussão do lento “cataclismo”, ou seja, uma transformação radical, cuja inclinação talvez seja o fim das raízes ibéricas de cultura brasileira para a inauguração de um modo novo, pressuposto, ilusoriamente, de americano, haja vista que seus traços se destacam com maior rapidez no hemisfério em pauta.

Em Arendt (2011) as revoluções são destacadas por revelarem o *pathos* de novidade aliada à ideia de liberdade, sendo que esta liberdade, segundo Celso Lafer (2003), no livro “Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder”, exige no espaço público a liberação da necessidade biológica do *animal laborans*. Na concepção da autora, no momento em que ocorre uma revolução com a presença da questão social, a multidão lhe conduz à ruína, ou seja, nota-se que a existência da escassez de recursos básicos pode ser sórdida devido ao fato de colocar as pessoas sob o ditame absoluto de uma necessidade de natureza biológica. Apesar da evidente precisão de resolução da questão social no Brasil, assim como na Revolução Francesa, pode-se compreender a lenta Revolução Brasileira citada por Holanda (1995), haja vista que a mesma pode ter surgido durante a oposição da demonstração de conservadorismo das elites brasileiras, isto é, a abolição de 1888 pode ter preparado o espaço para um novo sistema e para o subsequente desencadeamento de movimentos de resistência. Em suma, é possível que a existência de uma revolução não esteja tão distante da realidade brasileira, sendo a própria “Passeata dos Cem Mil”, em 1968, um exemplo de acontecimentos que inclui perspectivas arendtianas, sendo uma extrema reação do povo brasileiro contra a repressão às liberdades. Além disso, a lenta revolução pautada possivelmente alcança até mesmo a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que o congresso pode ter se tornado um espaço de debate e exposição de pontos de vista durante a transição de um regime autoritário para um democrático.

Segundo Arendt (2011), um fato essencial no fenômeno da revolução trata-se da secularização, em que se constata a separação entre religião e política, juntamente com a origem de uma esfera secular com dignidade própria. Neste caso, a autora apontou a possibilidade da existência de uma política com a ausência de um conteúdo teológico, isto é, de acordo com Lafer (2003), a autoridade

pode incluir a obediência, mas exclui coerção, visto que com violência não existe autoridade. Nesse sentido, o autor expôs que a liberdade de Arendt se trata de um modo de ação que se encontra na pluralidade do espaço público da palavra e da ação, referindo-se a liberdade antiga, aliada à polis grega. Portanto, Arendt (2011) evidenciou em seu livro que para os gregos ninguém pode ser livre a não ser entre pares, ou seja, Heródoto propôs o próprio dominante em si como não livre como uma equivalência entre liberdade e não domínio. Em outras palavras, o dominante, ao assumir o domínio, se priva das pessoas em que a presença seria livre, destruindo o próprio espaço político e acabando com sua liberdade e daqueles submetidos a seu domínio.

Arendt (2011), propôs que mesmo que apareça uma perda da autoridade, apenas é possível que as revoluções surjam e vençam, quando as pessoas se disponibilizam a se reunir, obter o poder, se organizar e agir conjuntamente, almejando uma finalidade comum. De acordo com a autora, pode-se constatar que Montesquieu, mesmo antes de surgir a Revolução, imaginava que as bases das estruturas políticas no Ocidente estavam no fim, sendo o primeiro a predizer a facilidade da queda dos governos e a perda da autoridade, evidenciando-se no decorrer no século XVIII. De forma geral, esse desenvolvimento político mais geral da época moderna pode ser descrito como um processo que inclui a ruptura da antiga trindade romana de religião, tradição e autoridade. Para Arendt (2011), a perda da tradição aliada à fragilidade da fé religiosa institucionalizada precedeu a decadência da autoridade política, assim como formulou sua ruína. Neste caso, a perda da sanção religiosa acarretou a instauração de uma nova autoridade, chamada por Arendt (2011) de “união perpétua”, devido ao fato de tanto o pacto como a promessa em que se fundam os pactos não poderem, necessariamente, assegurar a estabilidade dos assuntos humanos e sua perpetuidade.

Ora, um exemplo sobre o que Arendt (2011) esquematizou em seus escritos pode ser o modo da suposta influência crescente das religiões na política brasileira contemporânea, sendo a “bancada evangélica” (grupo suprapartidário), segundo o artigo “Quem tem medo da bancada evangélica? - Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica”, de Reginaldo Prandi e Renan William dos Santos, o sujeito principal deste espaço. A Frente Parlamentar Evangélica, conservadora, é composta por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, com atuação em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação ligada ao religioso e discutir diferentes questões no parlamento brasileiro. De acordo com a análise realizada por Prandi e William (2017), a ideia de religião, na história ocidental moderna, pode não possuir mais a tendência de estruturar a política e a sociedade, embora esteja presente nas crenças das pessoas. Posto isto, compreende-se que mesmo com o seu retorno ao espaço público através de pessoas representantes de suas religiões, a mesma não pode mais ser percebida como base da organização pública. Com isso, o receio relativo ao poder da “bancada evangélica” pode ser mínimo, visto que a atuação dos parlamentares se direciona para o modo reacionário, ou seja, mais rejeitam propostas indesejadas.

Compreende-se que os evangélicos na política não implantam um Estado religioso, deixando de ser motivo de pânico, até porque a sua presença na política favorece a secularização ao descentralizar o monopólio católico no espaço público. Segundo Prandi e William (2017), na modernidade ocidental a evolução da racionalização do Estado pode torná-lo menos acessível à ética particular. A religião, na condição social vigente, pode não possuir capacidade de alterar os fundamentos que direcionam os procedimentos das instituições sociais modernas. A secularização do Brasil atual está se difundindo mais, impulsionando os líderes religiosos a ajustarem-se à atualidade. Os religiosos começaram a se inserir no campo político, diferente do jogo político retornar a ser submisso aos comandos religiosos. A bancada evangélica, ao tratar-se de uma nova presença no espaço público nacional, pode oferecer destaque às igrejas evangélicas, porém até o momento demonstrou sua impossibilidade em direcionar com precisão e legitimidade mudanças nos objetivos do Brasil. É possível que o segundo maior grupo religioso do país procure reconhecimento no Congresso Nacional, mas os recém-chegados representantes dessas igrejas aprendem dentro deste ambiente, por mais dificultoso que seja, as noções básicas no meio político, em que a urna democrática assegura uma separação do livro sagrado, sendo as negociações regidas por interesses que buscam fazer a lei, dispensando o religioso.

O conceito de lei pôde ser reavaliado devido à experiência política dos antigos e à reflexão política de um moderno (Montesquieu). O sentido romano da lei, isto é, de relação, foi retomado por Montesquieu, sem inserir um poder despótico ou absoluto no domínio político, diferindo a lei de comando e desvinculando a lei de autoridade. Para Arendt (2011), é possível afirmar que a atividade principal do mundo se trata de relacionar e realizar pactos, sendo que ao agir no espaço público a pessoa se aproxima da liberdade. Se para a autora agir no espaço público trata-se da verdadeira liberdade, pode-se perceber que as pessoas não são totalmente livres na democracia representativa, haja vista que apenas durante as eleições as pessoas participam do espaço público, tendo seu fim quando esse momento acaba.

Uma ação em conjunto pode proporcionar a liberdade no espaço público, sendo que o afastamento da tradição pode oferecer a abertura para a ação política que afirma a pluralidade. Nos escritos de Arendt (2011), pode-se perceber como cena histórica central o Pacto do Mayflower, uma vez que os regimes deixaram de possuir poder quando a cooperação do povo acabou. Neste caso, recorrer à violência pode acelerar o fim do poder, devido ao fato de gerar impotência por dentro. A compreensão dos americanos sobre a fundação de sua república, em termos constitucionais, pode se originar do seu conhecimento prévio em relação à separação de lei e poder. A fundação dos Estados Unidos exigia garantir ao novo corpo político um conjunto de leis que, através de instituições, protegessem a liberdade que conheciam no exercício do poder anterior à independência. Portanto, a Revolução Americana defendia, por intermédio da Constituição, um poder e uma forma de associação política que se encontravam em vigor desde o Pacto do Mayflower, para depois inaugurar um outro tipo de poder. Para Arendt (2011), o poder não era apenas anterior à Revolução, sendo, de certa forma, anterior à colonização do continente. O Pacto do Mayflower foi realizado em um navio e assinado no desembarque, assegurou a continuidade da civilização e inaugurou um modo de associação política fundamentada especificamente na promessa mútua. O Pacto do Mayflower, na medida em que iniciou um novo corpo político, antecipou a Revolução, almejando um novo princípio político, estruturado por uma noção de poder diferente de uma soberania.

Ademais, por mais que a Revolução Americana tenha progredido, a autora pontuou que o novo organismo político que foi fundado pelas pessoas desta Revolução não descobriu sua devida instituição. Assim, o fato de não ceder um espaço na estrutura admitida pela república para uma verdadeira ação da liberdade do povo, levou a Revolução Americana para uma complexa situação. Ao desabilitar a ampla desenvoltura do povo nos assuntos públicos, a prática real da liberdade política se limitou aos representantes. Então, a democracia representativa, baseada no sistema de partidos políticos, tratando-se da estrutura admitida pela república, estabelecida nos Estados Unidos da América depois da Revolução, restringiu a efetiva participação nos negócios públicos a uma pequena quantidade de pessoas. Esse tipo de regime político, criticado por Arendt (2011), foi incapaz de dar sequência para a concepção de liberdade que tanto foi defendida pelos Pais Fundadores, quanto os auxiliou no seu progresso. Portanto, se a razão de ser da política possivelmente é a liberdade, a democracia representativa pode ser um espaço dominado pelos burocráticos eleitos representantes para se favorecerem com privilégios. O que engloba um ser político pode ser a liberdade para agir, isto é, quando se exerce a faculdade que proporciona uma ação em conjunto, o que se distancia de a democracia representativa pelo fato dos partidos políticos limitarem a participação pública.

De acordo com os escritos de Giuseppe Tosi, no artigo “Hannah Arendt e a Revolução Novus Ordo Saeclorum”, Arendt afirmou que para os revolucionários americanos a busca da felicidade significava o bem-estar pessoal e a participação na vida pública. Todavia, tanto a Revolução Francesa, como a Revolução Russa não se limitaram a isso, almejando alcançar mais objetivos. Nesse sentido, a Revolução Russa, no século XX, seguiu os moldes da Revolução Francesa, no século XVIII, pelo fato de não possuir as mesmas condições contidas na Revolução Americana, existindo somente uma enorme condição de ausência de recursos básicos e a grande questão social, sem experiência de autogoverno e, por último, com uma monarquia czarista, seguindo todos os aspectos de uma monarquia absolutista. De acordo com os escritos de Arendt (2011), caso seja verdade o fato de que os partidos revolucionários jamais compreenderam o quanto o sistema de conselhos seria equivalente ao nascimento de um novo modo de governo, também é verdade o fato de que os conselhos não

compreenderam os limites do mecanismo do governo na participação de funções administrativas nas sociedades modernas. O que prejudicou os conselhos já realizados pode ter sido não identificar o erro entre a participação nos negócios públicos e a administração das coisas que são do interesse público. Os conselhos operários realizados pela classe trabalhadora queriam dominar a direção das fábricas por meio da forma de conselhos operários e coordená-las.

A vontade da classe trabalhadora anteriormente citada, aparenta mais uma tentativa do partido revolucionário de esconder a intenção dos conselhos, que era afastar seus membros da parte política e os direcionar para as fábricas. Nesse caso, a suspeita surge de dois fatos: primeiro os conselhos foram políticos, reivindicando aspectos sociais e econômicos com um papel secundário, sendo este desinteresse por questões sociais e econômicas que, segundo o partido revolucionário, era um indício seguro da mente pequeno-burguesa abstrata e liberal deles. Estas foram, em suma, as críticas do Partido Comunista iugoslavo em oposição à Revolução Húngara, objeções antigas que foram solicitadas muitas vezes, em pontos semelhantes, na Revolução Russa, isto é, um indício da sua maturidade política. No caso da vontade dos operários de coordenar as fábricas, poderia ser um indício da vontade das pessoas de conseguir posições que se limitavam apenas à classe média, sendo algo compreensível, porém sem ligação com o meio político. A busca pela libertação, presente na Revolução Russa, interliga-se, para Arendt (2011) com a resolução da questão social, isto é, das necessidades diárias. A Revolução Francesa, quicá, também priorizou o problema da questão social ao lutar contra a tirania e a opressão. Segundo a autora, a direção da Revolução Francesa foi desviada do curso de fundação da liberdade para tentar solucionar a urgência do sofrimento, tendo em vista que as exigências de libertação da necessidade foram impulsionadas tanto pela ausência de condições mínimas para a sobrevivência, como pela piedade inspirada nessas condições.

Dessa forma, de acordo com Arendt (2011), apenas a violência parecia ter força e rapidez suficientes para auxiliar o povo, sendo que a necessidade popular era violenta, logo, pré-política. Entretanto, segundo Arendt (2011), as seções da Comuna de Paris, em consonância com as sociedades populares, se alastraram pela França no momento da Revolução. Sendo assim, pode se tratar de uma maneira de autogoverno dos franceses que se iniciou durante a Revolução, sem a influência de seus dirigentes ou representantes. Posto isso, com pequenas demonstrações de um novo tipo de organização política, as pessoas, com determinação, aprendiam nessas seções como pode ser a liberdade. Mesmo que isso causasse algo sobre as pessoas que continham poder, este aprendizado envolvia o debate e a troca de opiniões. Por intermédio dessas seções, o maior conselho municipal da Comuna de Paris surgiu, espalhado pela França, no formato de sociedades revolucionárias. As partes de uma república que nunca chegou a prevalecer, tornaram-se experiências políticas que foram aniquiladas pelos governos que eram centrais e centralizados, devido ao fato de serem julgadas por eles como competidoras do poder público.

Na concepção de Arendt (2011), os governos colocaram um fim nas seções por meios básicos, se infiltrando e manipulando as sociedades populares. Logo, anunciaram que somente os jacobinos eram revolucionários em termos de autenticidade, excluindo e difamando as sociedades populares. No decorrer da Revolução Russa os mesmos métodos podem ter sido usados quando o partido bolchevista corrompeu o sistema soviético. Um instrumento de poder centralizado, com o pretexto de que representava a soberania do povo, se mostrou ser o culpado por afastar o povo de seu poder, prejudicando os órgãos de poder que se originaram da revolução. As pessoas envolvidas na Revolução Russa, assim como na Revolução Francesa, possivelmente se prepararam para aprender sobre a história, não sobre a ação. Com isso, podem ter se encontrado hábeis para participar de qualquer drama histórico, sendo que mesmo se fosse um papel cruel aceitariam para não se ausentar da peça, isto é, foram enganados pela história e não devido às palavras de, entre outros, Danton e Vergniaud, de Robespierre e Saint-Just. Ademais, a Revolução Húngara, apesar de tudo, emitiu um golpe na União Soviética e mostrou a estrutura de um governo que pode nunca ter sido utilizado realmente, mas que não pode ser considerado novo, ou seja, o sistema de conselhos. Em suma, para Arendt (2011), a Revolução Húngara iluminou a escuridão causada pelo totalitarismo, oferecendo um primeiro instante de alívio sob o peso do regime totalitário, estimulando as esperanças da autora.

Nesse sentido, a Revolução Húngara, com sua influência nas revoluções democráticas na segunda metade do século XX, pode ter impulsionado os movimentos e revoluções a procurarem a introdução de liberdade, deixando em aberto a solução de problemas sociais, cuja resolução depende de especialistas do setor administrativo. Ao enfatizar a Revolução Húngara, Arendt (2011) pode ter formulado elementos centrais em seus escritos, como: uma rápida descrição do sistema de conselhos, a liberdade colocada em ação e a possibilidade para uma estrutura de governo totalmente nova. Para Arendt (2011), o realismo atual, tomado como dado definido, com a desconfiança nas habilidades políticas do povo, não oferece alternativa ao sistema presente, rejeitando a realidade dos conselhos. O sistema de conselhos era desconhecido antes das revoluções e pode ser resultado do postulado moderno e revolucionário, de que todas as pessoas de um determinado território possuem o direito de serem admitidas à esfera pública política. Os conselhos sempre apareceram durante as revoluções e vieram do povo como um mecanismo natural de ação e ordem. Valorizar as potencialidades da ação e a conquista de iniciar algo inteiramente novo, para Arendt (2011), pode fazer parte do espírito revolucionário, além de começar algo permanente e sólido, haja vista que a fundação pode ser o objetivo da revolução.

O esforço conjunto, juntamente com a confiança conjunta presente na mútua fidelidade, pode nivelar as diferenças de origem. Na esfera política, a maior habilidade humana possivelmente trata-se de se unir no ato de fundação em virtude de fazer e manter promessas, isto é, a ação pode levar à formação do poder. A força do poder, produzido pela ação e mantido por meio da promessa, pode proporcionar um enorme poder potencial, haja vista que as pessoas empenham toda sua existência para isso, aprendendo a estabelecer e fundar corpos políticos. De acordo com Arendt (2011), o poder, presente em um povo que se vincula por promessas mútuas e que vive em corpos estruturados por pacto, pode bastar para atravessar uma revolução, mas, conforme já foi pontuado, pode não ser suficiente para instaurar a perpetuidade de uma união. Em suma, o pacto e a promessa podem não bastar para garantir tal perpetuidade devido ao fato de não proporcionarem aos assuntos humanos certa estabilidade para elaborar um mundo para a posteridade, destinado a prevalecer até as futuras gerações. Uma república, portanto, pode conceder aos cidadãos o direito de serem participantes no governo (vistos em ação), isto é, na condução ativa dos assuntos públicos. Tal ação requer uma pluralidade de pessoas, podendo se fazer necessário um espaço adequado para tais ações em conjunto, evitando, assim, a imposição de somente um pensamento. Destarte, pode ser de suma importância a visibilidade dos cidadãos na república, república esta que pode se interligar com a secularização, englobando lei, poder, autoridade e Constituição.

O significado de autoridade romana, conforme destacado por Arendt (2011), pode sugerir que o ato de fundação estrutura sua própria estabilidade e permanência, possuindo um aumento necessário, em que as transformações continuam interligadas à fundação que ampliam. Portanto, as emendas à Constituição ampliam as fundações originais, uma vez que a existência de uma coincidência entre fundação e preservação através do aumento, em que o ato revolucionário de começar uma novidade relaciona-se com a conservação que irá proteger este novo começo no decorrer dos séculos, se fundamenta no espírito romano. A autora exemplificou o caso em pauta expondo que uma ilustração de tal coincidência pode ser a palavra latina *condere* [fundar], como referência a um deus chamado Conditor, cuja função tratava-se de organizar o crescimento e a colheita, isto é, papel de fundador e preservador ao mesmo tempo. Outrossim, a liberdade que se encontra na fundação pode ser aliada à relação da pessoa com o seu meio, sendo preciso ter a noção da existência de formas de governo opressivas e totalitárias que buscam frequentemente apagar visões reflexivas com fundamentos baseados na necessidade de um poder absoluto do ditador. Conforme Rita Ann Gardiner pontuou em seu artigo “Buscando a liberdade: Simone de Beauvoir e Hannah Arendt”, embora Arendt e Beauvoir tenham perspectivas distantes, ambas constataram que a responsabilidade ética de manter a liberdade engloba a atitude de criticar, uma vez a liberdade possivelmente relaciona-se a iniciativa de uma pessoa expor uma crítica de modo autônomo. Neste caso, há uma semelhança no reconhecimento de que a busca pela liberdade pode englobar a defesa das próprias crenças, isto é, ao participar de forma ativa na sociedade pode fazer-se necessário se posicionar, fomentando um modo digno de se viver.

Quem almeja comando absoluto pode imaginar a não existência da subjetividade das pessoas, isto é, imagina-se que somente uma pessoa se destaca (aquele do grupo totalitário). Gardiner (2012), mostrou que, na revolução, as pessoas direcionam-se para a liberdade da opressão em vista de criar um sistema político justo e robusto, em que a liberdade possa surgir. Posto isto, pode-se compreender o fato de os fóruns públicos oferecerem a abertura para a opinião pública, uma vez que a pluralidade pode proporcionar a difusão da liberdade. O modo plural de proceder sempre, quiçá, foi reconhecido como um impedimento das exigências de um Estado totalitário, sendo que as sociedades que resultaram da cobrança revolucionária pela liberdade podem ter sido realmente dizimadas. Nesse sentido, uma república que respeita a vontade de cada pessoa pode proporcionar a permanência do verdadeiro conceito de liberdade, ou seja, tomar decisões de modo autônomo. A ambiguidade pode vincular-se com a liberdade pelo fato de que um lugar que colabora para a ampliação da liberdade deve, possivelmente, considerar a participação de ideias distintas. Arendt (2011), em síntese, somente requisitou a retomada de fundamentos que inspiraram os revolucionários com o intuito de mostrar a possibilidade de se transformar a democracia representativa existente em uma república que preserva a livre ação conjunta e o debate de opiniões para construir um espaço com ideias variadas. As grandes revoluções da modernidade, Americana e Francesa, podem ter aproximado o significado de revolução da noção de que o percurso da história começa de um novo modo, registrando um verdadeiro espaço político. A revolução, como ponto inicial de uma política extremamente nova, pode ser o surgimento de uma realidade diferente, em que a liberdade se trata do centro da constituição do novo governo, alcançando o sucesso ao promover condições para a atuação política de todas as pessoas.

No livro “A condição humana”, de Arendt (1958), quando a autora iniciou o capítulo denominado “Ação” citando em sua epígrafe a escritora Isak Dinesen, relativo ao papel da história e do fato de se contar histórias sobre as próprias mágoas para se fazerem suportáveis, pode-se compreender que se as pessoas não fossem diferentes e que se não existisse uma diferenciação entre cada pessoa e aqueles que existiram, existem ou que irão existir, as pessoas, provavelmente, não teriam a necessidade do discurso, em consonância com a ação, para serem compreendidas. Nesse sentido, Arendt (1958) pontuou que a pluralidade humana, condição fundamental da ação e do discurso, pode englobar a igualdade e a diferença. Ademais, para compreender-se entre si, as outras gerações e se programar para o futuro, a igualdade faz-se necessária. Por outro lado, as diferenças permitem o discurso aliado à ação para que todos sejam compreendidos. Neste caso, na pessoa, a alteridade e a distinção tornam-se singularidade, sendo que a pluralidade humana pode ser a contraditória pluralidade de seres singulares. Os escritos da autora tornam-se inteligíveis ao se compreender que, neste caso, o inesperado pode surgir pelo fato das pessoas serem capazes de agir, sendo possível realizar o improvável. Cada pessoa possivelmente é singular, sendo o discurso parte da distinção e pode ser a efetivação da condição humana da pluralidade, ou seja, existência distinta e singular entre iguais. Sem o discurso a ação perderia tanto o seu caráter revelador, como o seu sujeito, visto que na ação e no discurso as pessoas mostram quem são, revelam suas identidades.

Como se pode observar, Arendt (2011) não prescreveu em detalhes como realizar uma revolução, mas a autora ofereceu questões importantes que englobam tal fenômeno. A suposta derrocada, citada pela autora, que as pessoas se unem e se preparam para seguir rumo ao sucesso da revolução pode revelar uma resposta importante sobre a própria, isto é, ela deve ser feita através do enfrentamento direto contra a forma de governo vigente, sendo inválida a tentativa de se infiltrar no sistema para modificar as coisas, devido à facilidade que o modo de governo atual pode corromper o indivíduo que se insere neste espaço. Portanto, além da participação do espaço público por meio de ofícios, petições públicas e protestos, a execução de uma mudança totalmente nova e que oferece espaço para a liberdade pode depender da união dos diversos movimentos sociais, com seus pontos de vistas distintos, em consonância com um objetivo, a liberdade. Neste caso, oferecer a abertura para criação de um espaço em que todos possam estar presentes, criticar e expor ideias, sem representantes, pode contribuir para que não se favoreçam interesses pessoais. Quando todos decidem juntos, sem burocracia, a liberdade e autonomia podem surgir, devendo se manter firme para que prevaleça no

decorrer do tempo e para que possibilite uma verdadeira mudança nas estruturas das instituições. O Brasil pode oferecer mais liberdade do que a atual democracia já oferece, haja vista que este país sempre teve potencial para superar as duas formas opressivas de governo ditatorial que ocorreram, podendo se desprender desse passado drasticamente ao combater as inclinações da única classe dominante, isto é, a classe burguesa. A coragem para tal derrocada, que já foi prevista anteriormente nas tentativas históricas do país, exige disposição para se assumir o poder, se organizar e agir com um intuito comum a todos.

REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Helton. Uma república para os modernos. Arendt, a secularização e o republicanismo. **Filosofia Unisinos**, v. 13 (1): 39-56, jan./abr. 2012.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GARDINER, Rita A. "Pursuing Freedom: Simone de Beauvoir and Hannah Arendt" **Sapere Aude**, v. 3, n. 6, p. 455-468, 2012.
- ECCEL, Daiane. Da revolução: Arendt uma moderna? **Trans/Form/Ação** - Marília, v. 36, n. 3, p. 109-128, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TOSI, Giuseppe. Hannah Arendt e a Revolução: *Novus Ordo Saeclorum*. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, p. 125-142, 2019.

